

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4304/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2259/2019-PGJ, de 28.6.2019, publicada no DOMP nº 1997, de 1º.7.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão da Procuradoria-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça, referente ao 2º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
25.11 (18h01min) a 2.12.2019 (7h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas	98191-4800

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
25.11 (18h01min) a 2.12.2019 (7h59min)	Hudson Shiguer Kinashi	99982-9020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4335/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Lima Raslan	2017/2018	30	7.1 a 5.2.2020
Antonio Siufi Neto	2019/2020	30	6.2 a 6.3.2020
Ariadne de Fátima Cantú da Silva	2019/2020	30	3.2 a 3.3.2020
Aroldo José de Lima	2019/2020	30	9.3 a 7.4.2020
Francisco Neves Junior	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
Gilberto Robalinho da Silva	2017/2018	30	2 a 31.3.2020
Humberto de Matos Brittes	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
João Albino Cardoso Filho	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya	2018/2019	30	12.11 a 11.12.2019
Luis Alberto Safrader	2019/2020	30	3.2 a 3.3.2020
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	2019/2020	30	18.1 a 16.2.2020
Marcos Antonio Martins Sottoriva	2018/2019	30	11.11 a 10.12.2019
Marigô Regina Bittar Bezerra	2018/2019	30	3.2 a 3.3.2020
Mauri Valentim Riciotti	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Miguel Vieira da Silva	2017/2018	30	18.11 a 17.12.2019
Nilza Gomes da Silva	2018/2019	30	3.2 a 3.3.2020
Rodrigo Jacobina Stephanini	2018/2019	30	7.1 a 5.2.2020
Sergio Fernando Raimundo Harfouche	2019/2020	30	6.2 a 6.3.2020
Silasneiton Gonçalves	2018/2019	30	20.11 a 19.12.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4348/2019-PGJ, DE 21.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Helton Fonseca Bernardes e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo para, sob a presidência do Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos constatados na Visita de Inspeção nº 10.2019.00000187-2 (Ofício nº 1035/2019/CGMP/MS).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4305/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 4139/2019-PGJ, de 5.11.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de novembro de 2019, a Promotora de Justiça abaixo nominada, conforme o quadro a seguir:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
23 e 24.11.2019	1ª PJ de Bataguassu	Patricia Almirão Padovan	99985-9192

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4306/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, acompanhar os atos instrutórios referentes aos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2019, no dia 6.12.2019, às 14h, na sala de reuniões da Corregedoria-Geral de Justiça, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4317/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal dos Processos nºs 0021665-98.2019.8.12.0001 e 0914495-50.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande, e no Processo nº 0021007-74.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 1ª Vara Criminal Residual da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4319/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adriano Lobo Viana de Resende	2019/2020	20	17.1 a 5.2.2020
Alexandre Rosa Luz	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Allan Carlos Cobacho do Prado	2019/2020	30	20.1 a 18.2.2020
Allan Thiago Barbosa Arakaki	2019/2020	30	2 a 31.3.2020
Amilcar Araujo Carneiro Junior	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
André Antônio Camargo Lorenzoni	2018/2019	30	20.11 a 19.12.2019
Angelica de Andrade Arruda	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Bianka Karina Barros da Costa	2018/2019	30	15.1 a 13.2.2020
Camila Augusta Calarge Doreto	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	2018/2019	30	11.11 a 10.12.2019
Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	2018/2019	30	13.4 a 12.5.2020
Christiane de Alencar	2019/2020	30	19.2 a 19.3.2020
Clovis Amauri Smaniotto	2006/2007	30	11.11 a 10.12.2019
Cristiane Amaral Cavalcante	2019/2020	30	1º.2 a 1º.3.2020
Cristiane Mourão Leal Santos	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
Daniel do Nascimento Brito	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Daniel Pivaro Stadniky	2019/2020	30	13.2 a 13.3.2020
Daniela Cristina Guiotti	2019/2020	30	3.2 a 3.3.2020
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	2019/2020	30	2 a 31.3.2020
Edival Goulart Quirino	2015/2016	30	7.1 a 5.2.2020
Emy Louise Souza de Almeida Albertini	2019/2020	30	3.2 a 3.3.2020
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	2019/2020	30	20.1 a 18.2.2020
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	2019/2020	30	10.2 a 10.3.2020
Fabricia Barbosa Lima	2019/2020	30	27.1 a 25.2.2020
Fernando Jamusse	2019/2020	30	27.1 a 25.2.2020
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	2019/2020	20	3 a 22.2.2020
Fernando Martins Zaupa	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Gevair Ferreira Lima Junior	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Grazia Strobel da Silva Gaifatto	2019/2020	30	17.2 a 17.3.2020
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	2019/2020	20	3 a 22.2.2020
Helen Neves Dutra da Silva	2018/2019	30	2 a 31.3.2020
Humberto Lapa Ferri	2018/2019	20	10 a 29.2.2020
João Linhares Júnior	2018/2019	15	23.1 a 6.2.2020
João Meneghini Girelli	2019/2020	30	20.1 a 18.2.2020
Jorge Ferreira Neto Júnior	2019/2020	30	27.1 a 25.2.2020
José Antonio Alencar	2018/2019	30	20.11 a 19.12.2019
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	2018/2019	30	7.1 a 5.2.2020
José Maurício de Albuquerque	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
Juliane Cristina Gomes	2018/2019	30	18.11 a 17.12.2019
Julio Bilemjian Ribeiro	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Kristiam Gomes Simões	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Leonardo Dumont Palmerston	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Lívia Carla Guadanhim Bariani	2019/2020	30	2 a 31.3.2020

Luciana do Amaral Rabelo	2019/2020	30	27.1 a 25.2.2020
Luciano Furtado Loubet	2018/2019	30	23.1 a 21.2.2020
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	2019/2020	30	20.1 a 28.2.2020
Marcos André Sant'Ana Cardoso	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Marcos Roberto Dietz	2018/2019	30	3.2 a 3.3.2020
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	2019/2020	30	20.4 a 19.5.2020
Matheus Carim Bucker	2018/2019	30	2 a 31.3.2020
Nicolau Bacarji Junior	2018/2019	30	8.11 a 7.12.2019
Paula da Silva Volpe	2019/2020	20	20.1 a 8.2.2020
Plinio Alessi Junior	2019/2020	20	3 a 22.2.2020
Radamés de Almeida Domingos	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Regina Dornte Broch	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	2018/2019	30	5.11 a 4.12.2019
Ricardo Benito Crepaldi	2019/2020	30	2 a 31.3.2020
Rodrigo Yshida Brandão	2019/2020	30	7.1 a 5.2.2020
Rogério Augusto Calabria de Araujo	2017/2018	30	6.2 a 6.3.2020
Ronaldo Vieira Francisco	2019/2020	30	17.1 a 15.2.2020
Silvio Amaral Nogueira de Lima	2018/2019	30	8.11 a 7.12.2019
Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	2019/2020	30	17.2 a 17.3.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4327/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Campo Grande, Clovis Amauri Smaniotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 10 a 19.12.2019, em razão de férias da titular, Cristiane Amaral Cavalcante.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4329/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 72ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar pela 2ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no período de 9 a 18.12.2019, em razão de férias, e no dia 19.12.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4331/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 56ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Aline Mendes Franco Lopes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 16 a 19.12.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4332/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 10 a 19.12.2019, em razão de férias da titular Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4334/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Corumbá, Luciano Bordignon Conte, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.12.2019, em razão de férias, e no dia 19.12.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4336/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 25.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4337/2019-PGJ, DE 21.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PERÍODOS INDEFERIDOS	PROCESSOS
Bianka Karina Barros da Costa	2014/2019	PGJ/10/4444/2019
Cristiane Amaral Cavalcante	2014/2019	PGJ/10/4500/2019
Helen Neves Dutra da Silva	2014/2019	PGJ/10/4455/2019
Renzo Siufi	2014/2019	PGJ/10/4477/2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4355/2019-PGJ, DE 21.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Camapuã, Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no Processo nº 0004288-39.2018.8.12.0005, da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, bem como oficial nos eventuais recursos dele provenientes e, ainda, participar da sessão plenária no dia 5.2.2020, de julgamento do referido processo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4314/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 71/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transporte; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado (Processo PGJ/10/3133/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4315/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Piatti, ocupante do cargo de Analista/Engenharia Civil do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscal técnico suplente do Contrato nº 50/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e revogar a Portaria nº 2913/2019-PGJ, de 13.8.2019, na parte que designou o servidor Bruno Dantas Sanchez como suplente (Processo PGJ/10/3775/2017).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0227/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2019.00001687-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de novembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0228/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00012440-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de novembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0229/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Mauricio Mecelis Cabral, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00012289-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de novembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0230/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00012307-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de novembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA N° 4323/2019-PGJ, DE 20.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídas no período de 6.11 a 5.12.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3784/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 4275/2019-PGJ, DE 18.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução n° 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11.11 a 10.12.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto n° 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei n° 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4299/2019-PGJ, DE 19.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 12.11.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4307/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sabrina Lopes Baes, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Governança de TI, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no dia 6.12.2019, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4308/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 65ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 27.11.2019, em razão de férias do servidor Fernando da Costa Rocha.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4309/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 26.11.2019, em razão de férias do servidor Jonathan Bruno dos Santos Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4310/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 28.10 a 29.11.2019, em razão de licença-maternidade da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4311/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jorge Antonio Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Banco de Dados, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, no período de 2 a 11.12.2019, em razão de férias do titular, Angelo Maia Marcelo Pirani.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4312/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Adair Marques Correa Junior, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, quatro dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 6.10.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4313/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Poliana Carolina Marquesini, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Engenharia Florestal, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Meio Ambiente, no período de 4 a 6.12.2019 em razão de viagem, e no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4318/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no dia 26.11.2019, em razão de viagem a trabalho da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4322/2019-PGJ, DE 20.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Regina Célia de Araújo Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 23.10.2019, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 980/2012-PGJ, de 29.6.2012, que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 53/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

Notícia de Fato nº 01.2019.00010746-4 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Recorrente: Cecília Soares de Paiva - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Falta de manutenção da Praça Itanhangá e descaso do poder público em área de preservação ambiental, localizada na rua Chaadi Scaff, no bairro Itanhangá Park, em Campo Grande/MS.

Campo Grande, 21 de novembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 30/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0130/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **F. A. NEVES DIAS & CIA LTDA** representada por **Simone Neves Dias**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Acréscimo da importância de R\$ 37,82 (trinta e sete reais e oitenta e dois centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

Valor estimado mensal: R\$ 189,12 (cento e oitenta e nove reais e doze centavos).

Vigência: 8.11.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 8 de novembro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 76/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0434/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS**, representada por **Juceuma Alves de Assis Alcazas**;

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Acréscimo da importância de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

Valor estimado mensal: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

Vigência: 8.11.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 8 de novembro de 2019.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE006016 DE 20.11.2019 DO PROCESSO PGJ/10/4553/2019

Credor: FRANÇA CANASSA & CIA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019**.

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.386,00 (um mil, trezentos e oitenta e seis reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE006016 de 20.11.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.035 DE 22 DE AGOSTO DE 2019 (PÁGINAS 26 A 29) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/1672/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público** (FEADMP/MS) representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
5	5.1	Aparelho condicionador de ar, tipo bi split hi-wall inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h ou superior (2 x 12.000 btu's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Obs.: A capacidade da condensadora poderá ser superior a 24.000 B'tus, desde que atenda a capacidade de 12.000 Btu's solicitado para cada evaporadora. Marca/modelo: SPRINGER DUAL INVERTER 27.000 BTU/H 2 EVAPORADORAS 12.000BTU/H 220V.	Unidade	15	8.485,00
	5.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	230,00
	5.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	10	300,00
	5.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	400,00
	5.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE.	Unidade	8	480,00
	5.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	35,00
	5.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	60,00

7	7.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER PISO TETO 36.000 BTU/H 220V FRIO.	Unidade	25	8.000,00
	7.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	200,00
	7.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	10	465,00
	7.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	1.200,00
	7.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MAXI ORANGE.	Unidade	13	700,00
	7.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	80	35,00
	7.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	60,00
8	8.1	Aparelho condicionador de ar, tipo inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: LG INVERTER PISO TETO 46.000 BTU/H 220V FRIO.	Unidade	10	13.855,00
	8.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 46.000 a 48.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	70	250,00
	8.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	300,00
	8.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	500,00
	8.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para	Unidade	5	550,00

		utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MAXI ORANGE.			
	8.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	35,00
	8.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	70	60,00
10	10.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 31.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER INVERTER K7 33.000 BTU/H 220 FRIO.	Unidade	5	11.700,00
	10.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 31.000 a 36.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	50	250,00
	10.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	500,00
	10.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	835,00
	10.5	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	20	35,00
	10.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	50	60,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de agosto de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL Nº 0018/2019/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000809-9 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000809-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Humberto Jose Sepa de Matos Filho

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de ato de improbidade administrativa em decorrência da suposta utilização de bem e verba público para fins particulares, pelo atual Comandante do 2º Grupamento de Bombeiros de Dourados, em detrimento dos princípios que regem a administração pública.

Dourados, 20 de novembro de 2019

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2019/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001674-4, para o qual foi decretado sigilo.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001674-4

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Dourados, 21 de novembro de 2019

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**BONITO****EDITAL N. 0049/2019/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00001415-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Geraldo Majella Pinheiro

Assunto: Apurar a supressão de algumas árvores da espécie aroeira e peroba rosa dentro da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN localizada no interior da Fazenda São Geraldo.

Bonito – MS, 18 de novembro de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0050/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00001536-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Promotorias de Bonito/MS

Requerido: Guilherme Miguel Poli, Cristian dos Reis

Assunto: apurar os danos ambientais causados pelos veículos que participaram do evento automobilístico "Bonito na trilha 2019".

Bonito – MS, 18 de novembro de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº MP 09.2019.00001274-8

RECOMENDAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 201, §5º, alínea “c”, da Lei Federal n. 8.069/1990; na Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução nº 005/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são resultado de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa, que busca efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução nº 113/06 - CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO que o CMDCA desempenha função considerada como de interesse público relevante (art. 89 do ECA), com papel central na formação da rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, sendo sua atuação imprescindível na formulação e controle da política local de atendimento dos direitos, promovendo inclusive os ajustes necessários;

CONSIDERANDO que deliberar e acompanhar a execução das políticas destinadas ao público infantojuvenil inclui, também, promover a capacitação daqueles que trabalham na rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, dentre eles os Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que deve constar da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e do CMDCA, incluindo a formação continuada dos Conselheiros Tutelares (artigo 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA);

CONSIDERANDO que no mês de outubro/2019 foi realizado o último Processo de Escolha Unificado para Conselheiros Tutelares, de modo que os eleitos serão empossados já no início do ano vindouro, sendo imprescindível que estejam minimamente capacitados para tão relevante função, prevenindo a atuação deficiente, com nefastos prejuízos às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que os princípios da legalidade e da eficiência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, deverão ser observados, também, pelos Conselheiros Tutelares, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa;

CONSIDERANDO que a capacitação realizada pela “Escola de Conselhos” ainda não tem previsão de abranger o município de Sonora/MS;

RECOMENDA à Excelentíssima Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Sonora, Sra. Evelin Soret Dorigon Ferreira que:

1- No prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o CMDCA promova curso de capacitação de ordem prática destinado aos Conselheiros Tutelares (titulares e suplentes, eleitos no dia 06/10/19) do município de Sonora/MS, com carga horária mínima de 20 h/a, abordando temas relacionados à atribuição dos Conselheiros Tutelares e serviços ofertados no município, e ainda, até o dia 22/11/19, comprove a inscrição dos mesmos na “Capacitação Conselheiro Tutelar – EaD”, ofertada pela Escola Superior do Ministério Público deste Estado;

2- No prazo de 15 (quinze) dias úteis, o CMDCA encaminhe a esta Promotoria de Justiça a programação completa do curso presencial.

3- Encaminhe-se cópia desta à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Sonora, que deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO.

O descumprimento, total ou parcial, desta RECOMENDAÇÃO ensejará a adoção das providências decorrentes da inércia.

Ainda, encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Vara da Infância e da Juventude desta comarca e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se.

Sonora, 18 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça